

## O PROCESSO DE LUTA PELA TERRA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E DO MODO DE VIDA DOS SEM TERRA

Sidiney Alves Costa\*

“Para Sidália, Dulce, Elis, Sílvia e Petrô,  
mulheres que me ensinaram muito do que  
sou...”.

### A ocupação e o acampamento na luta pela conquista da terra

Uma ocupação de terra realizada coletivamente por um grupo de famílias dá origem a um acampamento de sem-terra. Das várias implicações que tal ação apresenta, uma delas, talvez a mais importante, é que a mesma introduz no cenário social um grupo social que passa a existir e ser focalizados como sem-terra. Tal grupo, antes da ocupação, era praticamente inexistente ou, quando muito, expressava números nas estatísticas de exclusão social.

Com a realização do acampamento, o grupo é alçado, projetado como sem-terra, como demandante de terra de reforma agrária. Seus membros tornam-se ocupantes de terra e atores sociais para uns, invasores e baderneiros para alguns, desestabilizadores do estado de direito e da democracia para outros. Por tudo isso, ainda não conquistam o status de cidadão, mas dão um passo fundamental para reverter a exclusão. A ocupação (e a formação do acampamento) expressa a tentativa de sair da exclusão, sendo realizada por famílias cujos membros nem entram mais nas estatísticas que medem a população economicamente ativa, por várias razões: inexistência do emprego formal; falta da carteira profissional; estar trabalhando há muito tempo sem registro em carteira; não ter mais residência fixa.

A construção do acampamento faz dele um espaço que vai sendo definido coletiva e politicamente, o que envolve a necessidade de “recomposição” do sentido e do poder social que possui a terra/fazenda ocupada. A recomposição do espaço pelo arquiteto é projetiva, isto é:

*o arquiteto transporta uma imagem interiorizada para fora  
através de uma representação da mesma e é trazida de volta à*

---

\* Bacharel em ciências sociais pela Unesp/Araraquara, mestre em Educação pela UFSCar e professor da Faculdade Integrada Mirassol/SP.

*consideração interna. Nesse vaivém são selecionadas as variáveis, formuladas e resolvidas questões, apresentadas outras e assim sucessivamente; nesse trabalho, sempre se está projetando um “como poderia ser” até chegar a um “como deverá ser” (Sawoya in Espaço interdisciplinar, p. 89).*

Toma-se de empréstimo o conceito de recomposição do espaço, mas ao tratar da luta pela terra, não se considera o espaço possível apenas aquele recomposto de maneira projetiva ou gráfica. Fala-se de uma recomposição do espaço que se dá em processo e que altera significativamente o seu sentido, o seu poder social e sua representação legal - a recomposição cotidiana do espaço que envolve as relações dos sem-terra em vias de conquistar a terra e daqueles que já a conquistaram com a sociedade envolvente. Trata-se, assim, de relações reais que contam com mudanças rotineiras, etapas críticas e até mesmo subversivas da idéia de espaço, do espaço real e das conexões político-ideológicas de que o mesmo está impregnado.

Para os sem-terra, esse processo envolve, de um lado, o atual (sem a terra) e o possível (terra conquistada) e, de outro lado, a propriedade improdutivo ocupada (por não cumprir sua função social) e a possibilidade de despejo (por ordem judicial ou violentamente). A ocupação é significativa também pelo fato de dar origem ao acampamento, inaugurar um lugar, uma comunidade de resistência. O lugar denota o espaço como um complexo de relações de localização determinada. Neste sentido, a ocupação além de definir a localização na qual se nasce como sem-terra – uma fazenda ou latifúndio com nome e possivelmente um proprietário real ou fictício; mostra a organização a qual se filia – o MST, dentre as demais que lutam pela terra e pela reforma agrária; e, ao mesmo tempo, torna visível, aos olhos da sociedade, o segmento social ao qual pertencem seus membros – os excluídos que tentam incluir-se.

Contrariamente às idéias de “oba-oba” que as ações de ocupação podem vir a transmitir, nelas, conforme Maria Nobre Damasceno, está presente a dimensão subjetiva, o que não elimina a necessidade dos participantes possuírem maturidade política, fé e esperança:

*Os camponeses expressaram sentimentos e condutas repletas de ambigüidade: força e medo, unidade e solidão, certezas e dúvidas, vive a insegurança, mas pratica a solidariedade (...) daí a luta pela conquista da terra transformar-se-á numa questão de vida e morte (Damasceno, 1993, p. 64).*

O acampamento, mesmo o de curta duração, promove as primeiras relações de sociabilidade entres seus membros. Citando Simmel, Cetrulo (1999, p. 17-21) afirma que “sociabilidade tem a ver com a maneira como as relações

sociais se dão, ou seja, as formas que elas assumem na prática”. A sociabilidade tem a ver com a relação social cotidiana do indivíduo com outros do grupo social, relação que pode ser de reconhecimento, de identificação ou de estranhamento. Aos poucos, tais relações vão sendo mais bem estruturadas em virtude da possibilidade eminente de haver conflitos, comuns a uma disputa pela terra, porque envolvem questões internas ao espaço delimitado pelos barracos dos acampados e, sobretudo, abarcam questões externas a esse espaço, como o posicionamento dos ambientes que perfazem a sociedade envolvente - meios jurídicos, meios sociais, meios políticos, meios ideológicos etc.

Com efeito, a partir da realização de uma ocupação pelos sem-terra, a sociedade pode negar-lhes ou fornecer-lhes apoio, mas não pode mais ignorar sua existência. E o acampamento, pela natureza mesma de seus processos sociais, permite uma experiência de vida comunitária, que pode incluir a maioria das instâncias da vida social. Da mesma forma, dá configuração às situações específicas de alteridade, de cujo prisma refratam alguns aspectos encobertos das relações sociais. É a partir do acampamento que seus membros (re) constroem seus conhecimentos sobre o mundo e sobre si mesmos.

O acampamento tem também o papel relevante de dar identidade a um grupo específico dentre a parcela significativa dos que lutam pela terra. É o caso dos que lutam pela terra empunhando a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, cujos membros se autodenominam Sem Terra:

*Sem Terra, com letras maiúsculas e sem hífen é o nome próprio que identifica os sem-terra do MST. A expressão ‘sem-terra’ indica a categoria social dos trabalhadores e trabalhadoras do campo que não tem terra e que passam a requerê-la como direito. Trata-se de um vocábulo recente nos dicionários de língua portuguesa, uma das conquistas culturais da luta pela terra no Brasil. Mas em seu nome, o Sem Terra, mantém a grafia original de seu nascimento como sujeitos que criaram o MST (Caldart, 2000b, p. 142).*

Assim, se o acampamento é uma espécie de rito inicial que classifica um grupo social que luta pela terra como participante da categoria sociológica sem-terra, por sua vez, entrar na luta pela terra por meio do acampamento organizado pelo MST confere a esse grupo de acampados a identidade Sem Terra<sup>1</sup>. Nesses termos, o ato de acampar é considerado como uma forma de organizar e espacializar a luta realizada por aqueles que se identificam com o MST. O próprio movimento nasceu da ocupação de terra e a reproduz no processo de

---

<sup>1</sup> Utilizamos sem-terra para designar os sujeitos que participam da luta pela terra e Sem Terra para os que participam do MST.

luta pela conquista do assentamento de reforma agrária.

Uma ocupação é uma ação que exige organização e mobilização. Relacionamos, a seguir, a preparação de uma ocupação para mostrar sua complexidade:

#### **Etapa preparatória:**

- A escolha de uma ou mais áreas da terra a ser ocupada dá início ao processo de ocupação. Esta escolha é feita com base em conhecimentos adquiridos junto a órgãos governamentais sobre a situação da área: dívidas com a União, descumprimento da função social, área pública e outros;
- Encontros de lideranças do movimento com políticos, parlamentares, prefeitos, pastorais, padres, sindicatos e associações diversas, para viabilizar o apoio político, logístico e financeiro;
- O movimento realiza contatos internos com várias de suas lideranças com o objetivo de definir a quantidade, o local e como deve ser a atuação da militância;

#### **Etapa de Conscientização:**

- Trabalhos de base são iniciados pela militância com trabalhadores de várias cidades interessados em participar da luta pela conquista da terra. Estes trabalhos consistem em reuniões periódicas nas comunidades com o objetivo de refletir com os interessados sobre o que é luta pela terra e o que é luta pela reforma agrária, os empecilhos e facilitadores da conquista da terra, o tempo médio de conquista, procedimentos para organizar a vida no acampamento. Faz parte desta etapa de conscientização a visita a alguns acampamentos e assentamentos;

#### **Etapa de mobilização:**

- Realizadas as etapas anteriores, que podem durar meses, o local e a data da ocupação são definidos e mantidos em sigilo até o momento da ocupação;
- Nas reuniões que antecedem à ocupação, solicita-se que os participantes dessa ocupação reúnam o mínimo de “apetrechos” possível, uma quantidade de lonas para construir os barracos e uma quantidade de alimentos para um período de 20 a 30 dias. Estas provisões e “apetrechos” devem ser embalados e identificados com nome e cidade de origem.
- Neste meio tempo, é providenciado o transporte para os “apetrechos” e pessoas, geralmente pago com a contribuição dos apoios e dos próprios participantes.

#### **Etapa da realização da ocupação:**

- Geralmente, mas não necessariamente, de um único local, no dia escolhido, os trabalhadores de várias cidades partem para a ocupação;
- Realizada a ocupação, os trabalhadores começam a organizar seus barracos e tornam pública a ocupação;

### **Etapa de consolidação da ocupação:**

- O sucesso da ocupação depende de pressão política, da posição dos juízes, da disposição dos trabalhadores, da situação da área ocupada;
- Em condições favoráveis para as famílias que ocuparam a área, a fazenda poderá ser decretada *assentamento provisório* ou outras áreas são definidas e negociadas, até ocorrer o processo de desapropriação, seguido do cadastramento das famílias, do estudo topográfico da área, da regularização burocrática até a transformação definitiva em assentamento;
- Decorridos os trâmites legais, a gleba de terra de reforma agrária é dividida em lotes, que são sorteados entre famílias de acordo com um processo de seleção, que conta com a presença de membros dos Governos Estadual e Federal e, em alguns casos, em função da pressão do movimento social, conta com membros do movimento<sup>2</sup>.

Um outro elemento de extrema importância na luta pela terra é o seu significado para os indivíduos. Ao iniciar a luta, os sujeitos geralmente possuem uma experiência passada pessoal ou familiar de ligação com a terra, o que permite que eles confabulem sobre o que desejam fazer com a terra que conquistarão, quando ao mesmo tempo, expressam uma imagem a respeito dela<sup>3</sup>. No momento de preparação de uma ocupação e durante a fase de acampamento, esta simbolização a respeito da terra pode colidir com a compreensão social e política do espaço. Devido aos sentidos diversos dados à terra, emergem contendas jurídicas sobre a terra, geralmente definida como propriedade privada ou estatal.

A questão jurídica entra como parte do processo de contestação das formas de propriedade descritas acima, sendo fundamental para retomar a noção de direito coletivo. Mas não sem entrar no mérito de tentar definir os acampados para a sociedade como sendo os sujeitos que levantam a bandeira política da reforma agrária, numa perspectiva progressista ou como sujeitos que existem no limite da transgressão do que é considerado legal e legítimo.

Assim, fica claro que a permanência de um acampamento dos que lutam pela conquista da terra não se firmará exclusivamente por uma ligação com a terra, nem mesmo por uma representação da terra ou desejo de conquistá-la, mas sim pela capacidade de seus membros de conduzirem sua ação na direção da conquista de apoio social, político, jurídico e ideológico para a sua causa.

Mesmo sendo provisório, o acampamento é uma forma primária de

---

<sup>2</sup> Os dados citados foram buscados na memória deste pesquisador por ocasião de participação de uma ocupação realizada pelo MST na cidade de Iperó/SP, hoje Assentamento Ipanema.

<sup>3</sup> No período em que este pesquisador esteve acampado em Iperó/SP ou pesquisando acampamentos e assentamentos da região da Araraquara/SP, relatos desta natureza repetiam-se com intensidade.

especialidade que fornece aos acampados uma localização e uma idéia sobre os outros e eles mesmos. Por isto, o acampamento serve de embrião do entrelaçamento de novas formas sociais e culturais de viver legitimadas pelos Sem Terra, abrindo caminho para a construção da nova forma de sociabilidade entre os membros que, quanto mais aprofundada, mais mobiliza valores e ações que preservam a humanidade das pessoas.

Com a expectativa de influenciar essas experiências, os militantes do movimento se deslocam de uma ocupação para outra ou de um assentamento para uma ocupação carregando suas experiências por diferentes lugares do território. Com os deslocamentos, os militantes realizam a espacialização do MST, ou seja, buscam recomeçar a luta com novos sujeitos, num constante re-fazer-se da construção do MST.

Visto de uma perspectiva social, a ocupação significa construir uma plataforma de vivência de luta, por meio da qual os sujeitos do MST tentam implantar suas experiências. Visto de uma perspectiva do conflito, a luta traz à tona o invólucro que reveste a propriedade privada da terra na sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, denuncia a contradição que há no fato de existir tanta terra sem gente e tanta gente sem-terra.

O caráter de luta de classe existente na sociedade fica patente com a implantação de um acampamento, o que desvela a pseudo-inexistência de tal luta nos tempos atuais. Sua existência fica exposta como a ponta de um *iceberg*, mas só a continuidade da luta permite medir sua dimensão. Isto é, contra a persistência em permanecer acampados, os latifundiários se apressam em mobilizar seus jagunços, a imprensa, o poder judiciário e o poder político para tentar barrar os “baderneiros” que ocupam sua fazenda, desrespeitam o “sagrado” direito de propriedade, “desafiam os poderes constituídos” e “rasgam” a Constituição Federal<sup>4</sup>.

Na verdade, o discurso democrático e a defesa da constituição são os recursos ideológicos da classe dominante para defender a propriedade privada como um direito sagrado, fazendo de seu interesse particular um interesse de toda sociedade – a defesa da democracia e da constituição. Quando na realidade, a constituição submete a propriedade privada aos interesses da sociedade, por meio da função social da terra. O sentido político da luta pela reforma agrária permite, assim, visualizar mais nitidamente o território como *locus* da existência do Estado (no qual se projetam relações de fronteiras dos recursos e fronteiras militares ou políticas) e como *locus* de luta de classe (espaço coletivamente

---

<sup>4</sup> Ver matérias que tentam descaracterizar ou vincular preconceitos contra o MST na *Revista Veja* “A esquerda com raiva” (ano 32, 03/06/1998); “A Tática da Baderna” (ano 33, n. 19, 10/05/2000).

selecionado para a vida e sobrevivência de uma parcela social, definido pela questão econômica ou estrutural).

As projeções, as visões e as experiências de luta vão apresentando a complexidade que existe para a conquista da terra. O(s) espaço(s) de luta do acampamento, de fronteira entre o sonho e a realidade vai se tornando baliza de novas mentalidades face ao espaço, numa seqüência de conhecimentos em mutação. Daí em diante, a identidade tradicional de ligação com a terra se encontra com identidade dada pela disputa política, começando a construção de uma nova identidade, que se firmará com a conquista do novo espaço – o assentamento.

Dentro de um acampamento inicia-se uma comunidade, inauguram-se relações em meio às quais os membros e as novas gerações vão estabelecer novos tipos de reconhecimento do mundo e de si mesmo. A solidariedade e a organização no interior do acampamento são exemplos de elementos comuns numa ocupação. Elementos importantes porque fortalecem a forma e a estrutura organizacional dos indivíduos no espaço e no grupo, assim como facilitam a retomada e a reconstrução de novos espaços de socialização.

Por fim, no acampamento, os Sem Terra desenvolvem sua luta a partir de um espaço, mas não se restringem a ele, visto que por meio dele estabelecem formas de interlocução com a sociedade e desvendam os simbolismos ligados ao espaço. Outras formas de interlocução com a sociedade são as marchas, expressivas formas de protestos ou instrumento de ação política. Convém ressaltar que o acampamento passa a modo de encarar e viver a luta pela reforma agrária, bem como começa a contribuir para iniciar a reconstrução cultural dos indivíduos. Afinal, o acampamento é um espaço ocupado, a partir do qual pode vir a ser constituído o assentamento, no qual tanto o MST quanto os assentados tem a intenção de ver implantado seu projeto sociocultural.

### **O assentamento enquanto espaço de sociabilidade e socialização**

O prosseguimento da luta pode levar à conquista do assentamento. Já a oficialização do assentamento é a concretização da conquista do tão sonhado pedaço de terra. Mas, diferentemente do que possa imaginar, a conquista de uma fazenda para a realização de assentamento não se resume à fixação sobre uma área de terra chancelada pelas autoridades e delimitada por uma medida em hectares, apesar de ser tais elementos que simboliza a conquista.

O assentamento é sim um espaço físico, mas extrapola tal condição. Ele serve de suporte para que os indivíduos considerados aptos pelo processo de seleção comecem a estabelecer uma forma e uma estrutura de relação com a terra e, portanto, de seu uso para a produção do alimento e para a construção da morada e do rancho.

A conquista do assentamento define um outro momento do processo de construção da identidade Sem Terra. Por exemplo, quando há a demarcação

das terras, o sorteio e a entrega dos lotes às famílias, o governo passa a negar a estes sujeitos a denominação de sem-terra, pois são considerados assentados rurais em lotes da reforma agrária, ou seja, são com-terra, segundo o governo. Os assentados, no entanto, continuam se autodenominando Sem Terra.

Reconhecer a existência de possibilidade de construção da identidade Sem Terra é, pois, uma tentativa de unir sujeitos com trajetórias diferentes sob uma mesma denominação, tendo como base a participação no processo de luta pela conquista da terra. As diferentes trajetórias e rupturas dos sujeitos que participam desse processo são destacadas pelas autoras Whitaker e Fiamengue, quando afirmam:

*Nossas pesquisas nos assentamentos de Reforma Agrária fazem emergir trajetórias impressionantes, nas quais famílias vagueiam de um Estado para outro, de uma fazenda para outra, da condição de sitiante para a de parceiro e desta para o corte da cana. As variações são inúmeras, mas o processo é sempre marcado pelas rupturas. E mais, a raiz é sempre rural. Vieram todos da terra e portanto ir para o assentamento é voltar à terra (Whitaker & Fiamengue, 1995, p. 45).*

A definição sociológica dos vários sujeitos que lutam pela terra com a denominação de sem-terra é de fundamental importância para operacionalizar as pesquisas e estudos sobre tais segmentos da população. É também importante para que os mesmos possam concretizar as conquistas necessárias. Isto é, o movimento de luta pela terra é socioterritorial, o que quer dizer que a peleja não se esgota com a conquista do lote no assentamento de reforma agrária. A luta se estende à organização da produção na fração do território conquistado, à organização das pessoas neste território. Assim, como contempla a batalha por conquista de melhorias: estradas, moradias, escolas, creches, eletrificação, financiamento, crédito etc. Enfim, a localização e a denominação dos sujeitos sociais são passos de suma importância para o processo de conquista da cidadania.

A caracterização desse segmento da sociedade também é importante para balizar a reconstrução cultural dos que participam da luta pela terra. As rupturas vividas por estes sujeitos promovem desarticulações culturais ou desenraizamentos. A ida para o assentamento permite romper com a fragmentação cultural, iniciando uma reconstrução cultural. Observe-se como Whitaker trata da mudança no relacionamento do homem com a terra sem que haja total desenraizamento:

*Interessante foi observar que nos variados circuitos rural-urbano-rural que marcam essas trajetórias não haviam perdido*



*definitivamente práticas importantes da cultura rural tradicional e que agora eram capazes de reconstruir uma nova identidade juntando essas matrizes culturais e harmonizando-as com as exigências da nova situação* (in Whitaker & Fiamengue, 1995, p. 63).

A vida no acampamento e a própria conquista do assentamento criam espaços necessários à socialização e à discussão das demandas necessárias à reconstrução de uma nova identidade. Marcam o início da possibilidade de retomar os vínculos com o lugar, de criar oportunidades para a família. O “Sr. Otávio”, assentado em Araraquara, região central do Estado de São Paulo, fala sobre as possibilidades que a conquista da terra traz:

*Porque a mudança é o seguinte, ...ela não cria raiz ...Então, se a gente ficar mais parado, a gente cria raiz, os filhos cria mais raiz e cria mais, cria mais oportunidade pra família* (in Whitaker & Fiamengue, 1995, p. 52).

Na vida das pessoas nem tudo é perdido ou esquecido. O processo de fragmentação cultural pode ser interrompido. Neste instante, os conhecimentos e as informações advindas do confronto entre a vivência antiga e a realidade atual podem ser novamente agregados, formando os elos fundamentais de uma reconstrução cultural, envolvendo novas sociabilidades, renovadas práticas sociais<sup>5</sup> e outros tipos de socialização<sup>6</sup>. Na tentativa de reconstruir a vida e a identidade no assentamento, os saberes passados são reproduzidos, somados ou modificados, na relação com outros saberes, transformando-se em novos conhecimentos. A conquista e o controle dos espaços sociais de atuação é uma das novas experiências que os assentados enfrentam.

A volta do trabalhador rural à terra do assentamento é idêntica ao retorno da raiz à terra. Segundo Ademar Bogo, poeta do MST, “não devemos desprezar a possibilidade do retorno da raiz à terra”, pois a raiz pode ficar um tempo fora da terra antes de definharem, mas se antes disto encontrar terra fértil ela vinga novamente. E estando na terra uma raiz fica conservada por longo tempo (Bogo, 2000, p. 9).

O movimento de luta pela terra permite um novo (re)enraizar de alguns atributos e valores que diferem seus membros dos demais segmentos sociais,

---

<sup>5</sup> As práticas sociais trazem consigo a noção de preparação e formação para viver no ambiente social, reforçando experiências de viver a vida material e cultural em sociedade, revelando, entre outras coisas, os aprendizados que serão ensinados a outros (Costa, 1999).

<sup>6</sup> A socialização, a exemplo da sociabilidade e da prática social, possibilita a transmissão de idéias, valores e comportamentos. Contudo, a socialização é realizada por um grupo de forma intencional ou não-intencional para que seus membros menores aprendam valores considerados válidos e duradouros.

ou da tentativa de imposição do governo ou de outros grupos sociais. Neste sentido, além de ser o lugar de ter raiz e relações, o assentamento é um espaço social e subjetivo que permite dar início às novas formas de conduzir negociações para a conquista das melhorias e sua utilização pelas famílias no espaço do assentamento.

Por isto, fala-se em “territorialização”, que compreende a conquista da terra como um passo dado para superar uma parte dos desafios que estão por vir. Fala-se também em “espacialidade”, que é a construção ou reprodução de valores, sistema de linguagens e códigos e aspirações proclamadas coletivamente (Fernandes, 1996).

Os Sem Terra formulam linhas políticas que visam atender às dimensões políticas, sociais e culturais, bem como apontam modos de ampliar e redistribuir bens e poderes. No *eixo político*, não isolando a luta pela terra da luta pela reforma agrária, por meio da participação social organizada. No *eixo econômico*, integrando a política de assentamento ao contexto econômico e produtivo mais amplo do país. No *eixo social*, viabilizando socialmente os assentamentos conquistados como espaço fundamental de promoção dos direitos de cidadania. No *eixo cultural*, operando uma retomada das raízes camponesas, em que a solidariedade e o coletivo são especificidades que devem ser consideradas na criação de espaços de divulgação cultural que respeitem e incentivem esses valores<sup>7</sup>.

A ampliação da atuação dos Sem Terra para além da conquista de um pedaço de terra, fez deles lutadores em várias frentes a fim de conquistarem seus próprios direitos de cidadania. A ação em diversas frentes proporcionou ao MST o reconhecimento de movimento social politicamente atuante no cenário nacional. Enquanto movimento social, para organizar suas atividades, o MST cria setores: Setor de Finanças; Setor de Frente de Massas; Setor de Comunicação; Setor de Cultura e Juventude; Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente; Setor de Gênero; Setor de Saúde; Setor de Formação; Setor de Educação etc. Há ainda o coletivo de Relações Internacionais e Direitos Humanos.

Atualmente, o Setor de Educação é um dos principais setores de atividade no MST, fruto da reflexão educacional que está na origem do processo dialético de construção do próprio MST. Isto é, os participantes da luta pela terra que constituíram o MST já tinham preocupações pedagógicas antes da constituição formal do movimento em 1985. Mas foi somente com o desenrolar da luta que foi nascendo uma pedagogia da luta, que recebe o nome de Pedagogia do Movimento Sem Terra ou somente Pedagogia do MST. Tal pedagogia passa a

---

<sup>7</sup> Para detalhes ver Costa, S.A. (2000)

ser um meio pelo qual os sujeitos organizam a produção e reprodução das simbolizações, das ideologias, das práticas e das teorias defendidas pelo movimento, fortalecendo certa identificação entre os Sem Terra.

O assentamento marca a incorporação de uma parcela de terra ao território da luta. É uma marca e um reflexo na disputa pela conquista da terra e, muitas vezes, é um solo batizado com lágrimas e sangue. O processo de conquista também tornou possível aos novos atores sociais apropriarem-se desta realidade espacial nova<sup>8</sup>.

Não por acaso, o MST procura imprimir sua linguagem, sua simbologia e suas práticas nas ricas teias de relações naturais e sociais desde o acampamento até a conquista do assentamento, visando socializar um ideário social e político que possibilite enraizar um novo projeto de vida no assentamento conquistado. Tal modo de vida se expressa na formação da identidade Sem Terra e na construção de um projeto sociocultural.

### **O desenvolvimento da identificação como Sem Terra**

De modo geral, a identidade pode ser definida ou se caracteriza pela posição na qual os sujeitos se colocam ou são colocados sob o olhar da sociedade. A identidade de um determinado grupo social resulta, desta forma, tanto da maneira como grupo vê, simboliza e discursa sobre si, quanto da maneira como a sociedade vê, simboliza e discursa sobre o grupo. Contudo, uma análise sociológica da identidade Sem Terra precisa levar em consideração os sujeitos deste processo de formação. Neste sentido, buscaremos compreender quais os elementos que participam da formação da identidade dos sujeitos Sem Terra?

Demonstra-se, com base em Alexandre Dantas (2000, p. 198), que o “processo de luta pela terra” é o componente significativo da identificação dos diferentes personagens da luta pela terra. Com efeito, a identificação como sem-terra ou como Sem Terra - um grupo específico- não é algo que nasceu com os personagens que participam da luta pela terra, mas é uma identidade forjada, produzida nas relações que esse segmento social estabeleceu com a sociedade durante o processo de luta.

Não por acaso, destaca-se, aqui, o acampamento como um espaço político e como um ponto inicial da formação da identidade. Como espaço político, o acampamento inicia a visualização da própria existência destes sujeitos, que antes praticamente estavam excluídos e não existiam aos olhos da sociedade, mas que passaram a existir com a denominação sem-terra.

A ligação com a terra e o desejo de conquistar a terra, manifestos por

---

<sup>8</sup>Sobre o assentamento como realidade espacial ver Elis C. Fiamengue. *Entre o Espaço Vivido e o Espaço Sonhado: Imagens da Infância num Assentamento de Trabalhadores Rurais* (1997).

meio da realização da ocupação, faz do acampamento o espaço inicial que propicia o início do reconstruir-se dos sujeitos. É na luta pela conquista da terra que os sujeitos, com trajetórias de vidas diversas e significados diferentes para a questão da terra, passam a ser abrigado sob a denominação sociológica de sem-terra ou, como é o caso aqui, com a identidade de Sem Terra.

Maria Teresa Castelo Branco confirma a possibilidade de lutas diferentes e em espaços específicos darem origem a afinidades. Segundo ela, cada ocupação tem sua própria história, muito embora cada vez que uma ocupação seja organizada pelo MST, a luta mais ampla se reproduza e intensifique (Castelo Branco, 2000, p. 13-5). Assim, no caso deste movimento, há um contínuo refazer da história, que adquire sua expressão mais viva com a constituição do acampamento e, posteriormente, com a conquista do assentamento.

Nesse processo, o indivíduo e seu grupo reconstróem o sentido que dão à terra, pois não é mais possível uma aplicação no novo espaço do mesmo modo de viver aprendido em experiências passadas. A reconstrução, muitas vezes, tem como parâmetro as relações construídas no ambiente familiar, acrescidas da aprendizagem adquirida no processo de luta. Esse refazer terá o espaço do assentamento como palco onde a sociabilidade, a socialização, a identidade e as práticas sociais podem ser cristalizadas, ou melhor, possam ser lapidadas. Assim, gradativamente, a reconstrução de uma nova identidade é favorecida no assentamento porque é local de relativa estabilidade, permitindo relações mais duradouras.

A identificação dos sujeitos da luta pela terra é influenciada pelo próprio espaço. Trata-se de assinalar o assentamento como fenômeno que se desenrola no tempo/espaço e, portanto, é suscetível de conhecer variações de intensidade nas relações que ocorrem em uma porção ou outra do espaço. O livro *O Território Negro em Espaço Branco*, de Maria de Lourdes Bandeira (1988) fornece sólida referência dessa influência da territorialidade na formação ou reconstrução da identidade.

Uma identidade com base na territorialidade pode estar amparada em sistemas de significações e de representações que são idênticos ou de reconhecimento mútuo entre os sujeitos que se lançam na mesma luta. No estudo de Bandeira (1988), a base fundamental da territorialidade é a questão étnica, elemento de alteridade. No estudo em tela, reafirma-se como fundamental o próprio processo de luta para a conquista de uma territorialidade.

A territorialidade, enquanto componente e amálgama da tradição rural, permite aos assentados Sem Terra ocuparem-se do todo do espaço e das relações que nele ocorrem, sendo fundamental para recriarem o espaço e o tempo das suas relações sociais e de alteridade. Entende-se, assim, que a identidade é mutável, podendo ser reelaborada e manipulada pelos sujeitos em função das relações de alteridade e de disputa política. A classificação da

experiência anterior se refaz no interior das relações cotidianas atuais, amalgamadas pela solidariedade, pela coesão interna, pelas idéias, pelas místicas, pelas práticas que perpassam a fase de acampamento e a do assentamento.

A entrada dos sem-terra no mundo real e simbólico, próprio da atividade humana, permite aos Sem Terra do MST produzir e comunicar sistema de significações que passa a ser usufruído e transmitido às novas gerações como conhecimento acumulado pelo grupo. E, segundo Maria T. Castelo Branco (2000, p. 26), a transmissão da cultura só ocorre porque as ações humanas cristalizam-se nos instrumentos (condensando operações) e no signo (que as representam). Nestas várias interações sociais, os Sem Terra produzem os símbolos de suas experiências por meio da mística, que envolve os gestos, os sons, os desenhos, os símbolos, a poesia, a música, a linguagem falada e a escrita.

Uma identidade coletiva é produzida a partir de significações elaboradas em suas experiências de luta, quer internamente, quer externamente. Externamente, com as experiências de ações nos espaços institucionais e públicos. Internamente, com organização de certa unidade em torno de determinadas relações sociais, como a sociabilidade e a educação, ou, ainda, com o estímulo de certas manifestações de emoções e de sentimentos coletivos por meio da mística.

Como parte de uma esfera cultural mais ampla, o assentamento, que tem ligação com o MST expressa simbolicamente e praticamente esta ligação. Podemos perceber esta ligação do assentamento com o MST quando nele está presente sua bandeira, o que não implica, também, uma homogeneização cultural.

### **O Modo de Vida e o projeto sociocultural Sem Terra**

O conceito de modo de vida é utilizado por Ferrante (2000, p. 7) para expressar o assentamento como “um espaço de articulação de práticas, valores e tradições, construções de novos laços sociais e mecanismos de decisão política”. O modo de vida tem a ver com a totalidade da vida destes novos atores.

Procura-se demonstrar que a territorialidade emerge como uma referência das mais fundamentais para que os Sem Terra se apropriem do espaço e do tempo, para que os recriem e para que construam seu modo de vida ou seu projeto sociocultural. Apropriar-se do espaço é crucial para os Sem Terra restabelecerem as suas relações com a natureza e entre si. A conquista do assentamento significa o espaço a partir do qual realizaram a atualização do passado na consciência efetiva, essencial para classificar as instituições e os modos de vida entre nossos e deles, uma relação de alteridade fundamental à formação da identidade e, conseqüentemente, à formação de seu projeto sociocultural.

Em outras palavras, o processo de luta dos Sem Terra configura um modo de definir o acesso ao assentamento como requisito para a constituição de uma identidade social diferenciada. E a conquista do assentamento evidencia, conseqüentemente, uma maior possibilidade de construção do projeto que expressa o modo de vida de seus membros, oposto ou diferente daqueles definidos pela classe dominante.

Conforme Castelo Branco, as ações humanas cristalizaram-se nos instrumentos (condensando operações) e no signo (representando-as):

*A consciência individual articula pensamento, linguagem, percepção, memória, emoção, motricidade, em construção constante, que só ocorre a partir da ação do sujeito na cadeia da atividade humana na qual está inserido. As significações sociais são refletidas e fixadas na linguagem, o que dá estabilidade à realidade, permitindo generalização e assimilação da experiência de vários indivíduos, de muitas gerações, por meio do sujeito. Portanto, as significações mediatizam o reflexo individual do mundo, refratando o que é vivido. Produzem-se, então, os sentidos pessoais, que se utilizam das significações, mas constituem-se na prática de cada um, construindo-se hierarquias de motivos e valores individuais que (re)significam o mundo (Castelo Branco, 2000, p. 26).*

O modo de vida, enquanto forma de produzir a sociabilidade, a socialização e as práticas sociais, nasce quando vários grupos apreendem uma série de valores e habilidades importantes para viver o cotidiano do assentamento e constroem um sistema de relações que são transmitidos às novas gerações do grupo. O modo de vida Sem Terra origina-se, portanto, de um conjunto de ações com as quais os sujeitos apartados da terra passam a lutadores em busca de um pedaço de terra. Neste instante, iniciam um entrelaçamento de novas formas sociais, econômicas e culturais de viver, bem como começam a mobilizar um conjunto de práticas e valores que simbolizaram a pertença ao MST.

Da mesma forma, o modo de vida Sem Terra foi possível depois que o MST expandiu suas atividades e consolidou múltiplas ações, em meios aos quais constrói seu projeto sociocultural. Isto é:

*um conjunto articulado de significados que se relacionam com a formação do sem-terra brasileiro enquanto um novo sujeito social (...) à medida que recupera raízes, recria relações e tradições, cultiva valores, inventa e retrabalha símbolos que demonstram os novos laços sociais, e assim faz história” (Caldart, 2000a, p. 23-4).*

A partir de sua presença na história, os Sem Terra construíram uma forma de olhar o mundo, uma utopia, que é um reflexo, de um lado, da luta desses trabalhadores e, de outro, uma representação da compreensão sobre o processo de conquista da terra e de organização de suas vidas na terra conquistada.

A música toma parte neste projeto. Nas manifestações culturais dos cantores da reforma agrária, as canções incluem reivindicações e valores que afirmam relações próprias da zona rural, criando um espaço artístico cultural, no qual, segundo Morgado & Silva,

*As canções fazem parte de um complexo cultural..., cujas funções educar e identificar são desempenhadas de maneiras diversas, contribuindo para a formação de opinião de seus integrantes, na medida em que interfere nos valores das pessoas e estas sentem-se sensibilizadas pelas causas explícitas em suas letras, provocando reações e tomadas de atitudes em relação a tais causas (Morgado & Silva, 2000, p. 16).*

Logo, pela música, os Sem Terra mostram sua preocupação cultural, privilegiando em seu projeto também os aspectos educativos informais. A música está presente em momentos importantes da vida dos Sem Terra, desde uma ocupação, passando pelos momentos de confraternização e estudos, até os momentos solenes. Ela é presença importante na mística. Mística pode ser aqui compreendida como as motivações que impulsionam os assentados a agirem em torno de idéias e de inspirações que valorizem a cultura do meio rural, o coletivo e as transformações necessárias à construção da sociedade sonhada, enriquecendo as ações cotidianas, casando emoções, pensamentos, símbolos, representações, ações, promovendo um sentimento de dignidade, solidariedade e compromisso com os valores fundamentais da vida.

De modo especial, a educação é um componente basilar do projeto sociocultural do MST. Como deve ser a escola que queremos? Como fazer a escola que queremos? São exemplos de questionamentos que conduziram à formulação da Proposta Pedagógica do MST, que retrata ou fixa por meio da linguagem, na forma de síntese, ou princípios, as experiências educacionais realizadas nos assentamentos e acampamentos de todo o Brasil. Isto porque é nos acampamentos e nos assentamentos que os Sem Terra “passam a se constituir como sujeitos sociais da construção de uma proposta de educação vinculada com suas necessidades e os desafios da luta pela Reforma Agrária e pelas transformações mais amplas em nosso país” (Caldart, 1997).

Assim, a proposta de educação do MST vai além da simples escolarização ou das possibilidades que a escola pode oferecer. Abarca um conjunto de outras

ações que são praticamente impossíveis de se realizar no espaço da escola, mas em relação as quais, nem por isto a escola deve estar alheia. Um exemplo clássico é a educação organizativa exigida das crianças e jovens nas caminhadas e marchas ou encontros e congressos.

As condições educacionais dos trabalhadores nos assentamentos, embora não diferindo do analfabetismo nas áreas rurais tradicionais, levaram o movimento a questionar a pretensa neutralidade da ação educacional e a construir uma nova forma de educar. A nova forma de educar expressa, por um lado, o empenho político na busca por assegurar uma escola pública aos acampados e aos assentados da reforma agrária, por outro, revela a disposição prática na formulação e na aplicação de uma proposta educacional que envolva a formação/capacitação dos assentados. Segundo este entendimento:

*A formação traz como resultado o SABER, a capacitação traz como resultado o SABER FAZER. No âmbito da consciência, a formação trabalha no máximo com o nível da CONSCIÊNCIA CRÍTICA, ou seja, aquela que tem uma visão ampla e clara do mundo. Já a capacitação opera no âmbito da CONSCIÊNCIA ORGANIZATIVA, ou seja, aquela que é capaz de ir além do saber sobre os problemas, organizando-se coletivamente para resolvê-los (DER, 1992, p. 3).*

Esta diferenciação entre consciência crítica e consciência organizativa é uma base da luta pela conquista de uma escola que se ocupe também do processo de capacitação dos Sem Terra, juntamente com a participação na construção cultural da identidade Sem Terra - além das funções de ensinar a ler, a escrever e a contar.

Os Sem terra sentiram, assim, a necessidade de uma escola pública de qualidade na qual o sucesso da escola e o sucesso do assentamento estão diretamente relacionados. Buscam uma escola diferente da mera alfabetização, oferecida em muitas escolas públicas do meio rural, e diversa da educação informal realizada fora da instituição escolar por muitos movimentos sociais de educação. Pela proposta do MST, a instituição escola pública do assentamento passa a ser configurada sob novas bases, é redirecionada para abrigar a educação popular, no sentido de que é esta pensada em função das estratégias de transformações desejadas pelos Sem Terra.

Da mesma forma, nas escolas públicas de assentamentos, nas quais o MST conseguiu uma boa organicidade, os ideais da educação popular são um fundamento básico. Assim, a educação popular, por meio do MST, adentra a escola pública. A escola pública popular defendida pelos educadores do MST não guarda semelhança com a escola oferecida apenas pelo movimento social,



sem a contrapartida do Estado, nem com a escola oferecida exclusivamente pelo Estado, sem a participação da comunidade na condução da escola, ocorrência mais comum mesmo nas escolas conquistadas pelos movimentos populares. Para esses educadores a escola pública é entendida como aquela que deve preservar o direito, mas também o dever, dos assentados de conduzir os interesses sociais, políticos, culturais, pedagógicos e metodológicos da escola. Essa noção de escola pública reside na obrigatoriedade do Estado em fornecer e manter a escola, mas o processo educacional deve ser edificado e conduzido com base nas experiências dos Sem Terra.

O movimento tem retomado, em sua luta pela educação dos assentados, a noção de qualidade da educação, numa tentativa de continuar a luta histórica para acabar com a educação dualista: uma escola para formar a elite e outra para formar os trabalhadores. Luta por um salário digno para os professores, bem como se mantém contra a tentativa de expulsão das crianças do espaço escolar. De igual modo, a escola pública de qualidade é avaliada pela capacidade de potencializar os interesses políticos, teóricos e práticos dos assentados e também pela capacidade de assumir seu papel na construção de um projeto político dos trabalhadores.

A luta do MST, também no campo da educação, é efetuada visando construir uma educação orgânica, no sentido dado pelo sociólogo italiano Antonio Gramsci (1968), ao tratar dos intelectuais e da organização da cultura. Assim, os intelectuais Sem Terra, ou seja, os que participam dos setores de educação do movimento; desenvolvem um importante papel na mudança social que pretende o movimento, eles atuam como criadores e difusores de idéias e práticas educacionais, bem como seus organizadores.

#### **Referências bibliográficas:**

BANDEIRA, Maria de L. **O Território Negro em Espaço Branco**. São Paulo: Editora Brasiliense/CNPq, 1988.

BOGO, Ademar. **O MST e a Cultura**. São Paulo: MST, out. 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento: formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000a.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo. In GENTILI, Pablo E FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.) **A**

**Cidadania Negada política de exclusão na educação e no trabalho.** Buenos Aires/Argentina : Conclaso; ASDI., setembro, 2000b, p. 125-144.

CASTELO BRANCO, Maria Teresa. **Os jovens "Sem-Terra" Identidades em Movimento.** São Carlos/SP: Universidade Federal de São Carlos, 1999. Tese (Doutorado em Educação).

CERTULO NETO, Francisco. **Sociabilidade e sentimentos a serviço do comércio de mercadorias: o caso Amway.** Tese (Doutorado) - Pós- Graduação em Sociologia, UNESP - Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 1999.

COSTA, Sidiney A. A militância do movimento negro na formação de professores em Direitos Humanos - Trabalho de aproveitamento da disciplina Práticas Sociais e Processos Educativos - PPGE/UFSCar: São Carlos, 1999 (mimeo).

COSTA, Sidiney A. **Política Social e Educação: uma alternativa do MST.** 23<sup>a</sup> Reunião Anual da ANPED. Caxambu/MG, setembro de 2000.

DAMASCENO, Maria Nobre e THERRIEN, Jacques. **Educação e escola no campo.** Campinas/SP: Papirus, 1993.

DANTAS, Alexandre. A poesia como forma de captar o real. In WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes.** Presidente Venceslau/SP: Editora Letras à Margem/CNPq, 2002.

DER. **Elementos Sobre a MAE - Metodologia de Aprendizagem-ensino.** Braga/RS: Departamento de Educação Rural, outubro de 1992, p. 3, (mimeo.)

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FERRANTE, Vera Lúcia Botta. Experiências recentes de reforma agrária no Brasil: A sustentabilidade (re)construída?. In **Retratos de Assentamentos – Cadernos de Pesquisa.** Araraquara: FCL/Unesp, ano VI, n. 08, 2000, p. 7 – 18.

FIAMENGUE, Elis Cristina. **Entre o Espaço Vivido e o Espaço Sonhado: Imagens da Infância num Assentamento de Trabalhadores Rurais**. Araraquara/SP: FCL/UNESP, 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia).

GONÇALVES FILHO, José M. **Olhar e Memória**. In NOVAES, G. *O Olhar*, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MORAES, M. S. de Marcondes. **Escola "Uma Terra de Educar": a proposta educativa dos movimentos sociais no campo**. In *ANPED*. Caxambú/MG, 1997.

MORGADO, Maria Aparecida & Silva, Jocenaide Maria Rossetto. As canções do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST: Educação, Identificação e Cultura. **REVISTA DE EDUCAÇÃO - ONLINE** / Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, v. 9, n. 16, Jul.-Dez. 2000.

MST. Como Fazer a Escola Que Queremos. **Cadernos de Educação**, n. 1, 1992.

MST. O que Queremos com as Escolas de Assentamentos. **Cadernos de Formação n. 18**. São Paulo: MST, 1989.

SANTOS, Milton e SOUZA, Maria Adélia A. de. **O Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986, p. 25-64.

WHITAKER, Dulce C. A. & FIAMENGUE, Elis C. (org.). Memórias da terra: as rupturas e as novas possibilidades. In: **Retratos de Assentamentos - Cadernos de Pesquisa**. Araraquara/SP: FCL/UNESP, 1995, ano II, n.2, p. 47-59.

WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau/SP: Letras à Margem/CNPq, 2002.

#### **Periódicos:**

Revista *Veja* – matéria de capa: “A esquerda com raiva”, de 3 de junho de 1998.

Revista *Veja* – matéria de capa: “A Tática da Baderna”, de 10 de maio de 2000.